

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2013 (dos Srs. Vanderlei Macris e Izalci)

Propõe à Comissão de Fiscalização e Controle que fiscalize as denúncias de irregularidades na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, de Brasília, uma das cidades-sede de dois grandes eventos internacionais, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, incisos I e II, 61, e 32, XI, b, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências para realizar ato de fiscalização e controle para apurar possíveis irregularidades na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, de Brasília, uma das cidades-sede de dois grandes eventos internacionais, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Portal da Copa – site do governo federal brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA-2014 (www.copa2014.gov.br): “Brasília tem cinco empreendimentos voltados para a Copa sob monitoramento do governo federal. São três no aeroporto, uma de mobilidade urbana, além do Estádio Nacional Mané Garrincha.”

Notícia divulgada no portal do TCDF- Tribunal de Contas do Distrito Federal (http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/visualizar-noticias/-/asset_publisher/nX36/content/auditoria-permanente-do-tcdf-no-estadio-mane-garrincha-analisa-aditivos?redirect=%2Fweb%2Ftcdf1%2F):

“Auditoria permanente do TCDF no Estádio Mané Garrincha analisa aditivos

O Tribunal de Contas do Distrito Federal faz uma auditoria permanente nas obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Formada por engenheiros do Núcleo de Fiscalização de Obras, a equipe de fiscalização acompanha a construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, desde o lançamento dos editais de licitação.

O último levantamento feito aponta que foram celebrados 19 aditivos, os quais geraram um aumento de R\$ 337 milhões no valor do contrato. Com esses acréscimos, o valor inicial do contrato passou de R\$ 696.648.486,09 para R\$ 1.008.475.107,42, uma diferença de 48,43%.

Na obra do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, a atuação do Tribunal de Contas tem promovido ajustes técnicos e financeiros. Na última avaliação da Corte, foram identificadas algumas medidas que aumentaram o custo da obra. Entre elas, a escolha de materiais sem o devido estudo de reaproveitamento.

O levantamento também apontou a duplicidade de custo de alguns equipamentos que estão sendo alugados mensalmente; lentidão no detalhamento dos custos relacionados à mobilização e desmobilização, utilização indevida de encargos trabalhistas, valor de vale transporte superdimensionado, pagamento indevido de serviços não executados e sobrepreço em alguns itens.

A atuação do TCDF gerou uma redução de R\$ 99.917.295,10 na fase de licitação e na primeira etapa de fiscalização do contrato. Agora, está em análise uma possível prática de preços superiores àqueles praticados nos mercado, da ordem de R\$ 112.389.641,69.

DADOS PRELIMINARES (GRANDEZAS PRINCIPAIS E COMPARATIVOS):

- Volume de concreto: 183.000 m³ de concreto.*
- Quantidade de aço: 27.577 t de aço.*
- Capacidade: 71.000 pessoas.*
- Aspectos da obra: 288 pilares na esplanada, com 30 m de altura, e 55 m³ de concreto cada; laje de compressão, concretagem concluída, com perímetro de 970,75 m, espessura de 30 cm, representando um volume de 18.600 m³ de concreto.*

- *Execução financeira: o total faturado, em 28 medições, é de R\$ 698.155.543,69, correspondente a 69,23% do valor contratual da obra previsto de R\$ 1.008.475.107,91.*
- *Valor por assento: Com o valor total do ENB atingindo R\$ 1.202.641.338,88 (valores contratados), o custo por assento é da ordem de R\$ 16.938. Abaixo segue tabela com os valores dos dispêndios contratados:*

Custo da Adequação do ENB

Contrato/Estimativa Valores (R\$) Processo - TCDF

Contrato da Obra R\$ 1.008.475.107,91 Processo nº 21866/09 - Licitação

Processo nº 30101/10 - Contrato (ref. 2011)

Processo nº 16.469/2012 - Contrato (ref. 2012)

Contrato da Cobertura R\$ 173.912.916,19 Processo nº 38379/11

*Contrato de aquisição dos assentos R\$ 11.046.932,00
Processo nº 14695/12*

*Contrato de aquisição dos painéis R\$ 3.297.000,00
Processo nº 15071/12*

Contrato do gramado R\$ 5.909.382,78 não autuado

Total R\$ 1.202.641.338,88

OBRAS A CONTRATAR

Além da construção e cobertura do Estádio Nacional de Brasília e aquisição de assentos, painéis e gramado, estão previstas outras contratações, como tratamento acústico, comunicação visual, heliponto e mobiliários. Esses custos fazem parte de licitações que ainda serão feitas e cujos valores deverão ser computados ao custo final do ENB.

OBRAS NO ENTORNO DO ESTÁDIO

As obras referentes às melhorias no entorno do estádio (urbanização e paisagismo) foram estimadas em R\$ 360 milhões. O Tribunal de Contas do DF autuou o Processo nº 2247/13, relativo a uma parte significativa dessas obras, no valor estimado de R\$ 305.454.188,73.

Obras analisadas pelo Processo nº 2247/13

- Terraplenagem*
- Estacionamento*
- Pavimentação*
- Sistemas de alimentação elétrica*
- Paisagismo e revitalização*
- Dois túneis de pedestres (entre o Estádio e o Centro de Convenções e entre o Parque da Cidade e o Clube do Choro) e vias de ligação (entre a W5 sul e a W4 Norte).*

PRAZO DE REALIZAÇÃO DA OBRA:

- *Prazo contratual do contrato da obra: até julho de 2013.*
- *Prazo para a Copa das Confederações: até junho de 2013 (obra e demais contratações relativas ao estádio).*
- *Principais dificuldades: a execução da cobertura em prazo exíguo, e necessidade de licitação/contratação de serviços faltantes: tratamento acústico, comunicação visual, urbanização e paisagismo em torno do estádio, heliponto, mobiliários e túnel de ligação estádio/Centro de Convenções."*

Conforme noticiado no portal do jornal Correio Braziliense em 12/março/2013, "**GDF e Fifa se reúnem no Centro de Convenções para definirem ajustes da abertura**". Diz a notícia:

GDF e Fifa se reúnem no Centro de Convenções para definirem ajustes da abertura

Lorrane Melo - Correio Braziliense

12/03/2013 10:35

Os responsáveis pela organização da Copa das Confederações se reuniram na manhã desta terça-feira, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, para definirem os ajustes finais do Planejamento Operacional do evento teste da Fifa. Membros do Governo do Distrito Federal, Governo Federal e do Comitê Organizador Local (COL) ficarão em reunião até às 18h50 para uma total integração entre os órgãos, orientando o andamento dos trabalhos. Brasília foi a primeira cidade-sede a discutir o assunto. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte entrarão no circuito de debates até abril.

A três meses da Copa das Confederações, foram estabelecidos os critérios e condições para a realização do evento. O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, lembrou da cooperação de todos os atores envolvidos. "Sem esse entendimento seria difícil fazer esse trabalho", destacou afirmando que "tudo estará preparado" e "todas as tarefas foram realizadas".

Ao lado do ministro, o governador do DF, Agnelo Queiroz, disse que essa é uma das fases mais importantes, já que deve afunilar o alinhamento e corrigir os erros para fazer o controle de toda as áreas. Por sediar a abertura do evento, a capital tem uma responsabilidade maior, segundo ele. "É a primeira imagem que vai ficar do nosso país para o mundo", afirmou, dizendo ainda que a cidade

estará pronta para passar já no primeiro teste: "O Santos e Flamengo em 25 de maio já dará a dimensão de como tudo vai ficar".

O jornal O Estado de São Paulo de 1º de março de 2013 publicou:

“Novo prejuízo faz custo do estádio Mané Garrincha bater R\$ 1,5 bilhão

Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal constata um rombo de R\$ 72 milhões nos cofres públicos

01 de março de 2013 | 2h 09

Notícia

VANNILDO MENDES - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A reconstrução do Estádio Nacional Mané Garrincha, que atingirá a cifra de R\$ 1,5 bilhão e será a mais cara das 12 arenas da Copa, não para de surpreender. A mais recente auditoria do Tribunal de Contas do DF, à qual o Estado teve acesso, constatou um prejuízo de R\$ 72 milhões aos cofres públicos na cobertura do estádio, última fase da obra, prevista para ser inaugurada em 21 de abril. Isso corresponde a mais de 40% do custo da cobertura, orçada em R\$ 173,9 milhões.

O prejuízo, segundo a auditoria, feita pelo Núcleo de Fiscalização de Obras do tribunal, decorre de superfaturamento de custos, inclusão de itens desnecessários e diversas falhas na execução do projeto.

Entre elas: desoneração tributária insuficiente, duplicidade de custos no projeto executivo e antecipação de pagamento por material posto na obra, além de elevação de custo duvidosa gerada pelas características diferenciadas do estádio em relação às demais arenas da Copa.

O item mais inflado foi a colocação de múltiplas membranas de fechamento revestidas em fibra de vidro politetrafluoretileno (PTFE). Além do fechamento principal - o superior, para proteção das arquibancadas contra as intempéries -, haverá membranas inferiores e laterais, cuja função exclusiva é tão somente cobrir a estrutura primária de cabos. "Um desperdício" e um "gasto supérfluo", na avaliação dos auditores, que custará R\$ 36,4 milhões a mais no orçamento autorizado, o equivalente a 20,9% do valor total do contrato.

Este tipo de fechamento - com múltiplas membranas - não será utilizado em nenhuma outra arena. Os estádios do

Mineirão, Fonte Nova, Maracanã, Amazonas e Beira-Rio utilizarão o mesmo material na cobertura (PTFE), mas com apenas uma membrana de fechamento, sendo que a estrutura primária de sustentação (cabos ou metálica) ficará aparente. "Tal opção de projeto implica redução de custos", anotaram os auditores.

Outro erro está relacionado aos impostos pagos. A Novacap, estatal responsável pela obra, não tomou providências para adequar os preços contratados à desoneração tributária promovida pelo Programa Recopa (Lei n.º 12.350/10) e, assim, promover a redução nos valores. Dos R\$ 173,9 milhões previstos no contrato, pelo menos R\$ 59 milhões são relativos a materiais importados. Isso representa 42,3% do total contratado, tornando significativa a incidência de tributos como Imposto de Importação, PIS/Pasep, Cofins e IPI, dentre outros, contemplados no Recopa. O dano estimado foi de R\$ 10 milhões.

O tribunal deu dez dias de prazo para que o governo do DF se manifeste e determinou a imediata retenção de pagamentos ao consórcio construtor, integrado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez e Via Engenharia, relativos à etapa de cobertura (contrato nº 522).

O novo achado do tribunal veio se juntar ao vendaval de distorções que somavam até agora R\$ 212,3 milhões nas etapas anteriores da obra, conforme reportagem publicada pelo Estado há um mês. Ontem mesmo, o tribunal suspendeu a licitação da Novacap para a compra dos equipamentos de comunicação visual do estádio, em virtude de irregularidades como restrição da competitividade e erros na estimativa de preços. O valor da aquisição fraudada é de R\$ 9,3 milhões.

Outro lado. Em nota, o governo do DF informou que mais de 90% das obras da arena estão concluídas, garantiu que não haverá atrasos e informou que prestará, no prazo, todos os questionamentos feitos pelo tribunal. A nota considera "de fundamental importância", a fiscalização permanente que o tribunal exerce na obra, o que "comprova o comprometimento e transparência do governo com o órgão fiscalizador". Afirma, por fim, que "confia na lisura dos procedimentos e ações" com foco na Copa.

Levantamento anterior do tribunal mostra que a arena de Brasília é disparada a mais cara sob todos os aspectos. O

preço por assento, de R\$ 16.938, é mais de duas vezes superior ao mais barato, o Castelão (R\$ 7.740).

O portal G1, em 10 de março de 2013, publicou:

"Mané Garrincha: decisão do TCDF faz governo 'acender luz amarela'

Secretário admite preocupação após tribunal de contas determinar suspensão temporária de pagamentos por suspeita de irregularidades

Por Fabrício Marques Brasília

Secretário da Copa admite preocupação após decisão do TCDF (Foto: Fabrício Marques)

A suspensão dos pagamentos do contrato de instalação da cobertura do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, determinada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), tem preocupado o governo local. Neste domingo, durante visita de técnicos da Fifa à obra, o secretário extraordinário da Copa em Brasília, Cláudio Monteiro, admitiu que a "luz amarela" está acesa.

- Isso é algo extremamente preocupante. E essa matéria nos acende a luz amarela... Se eu disser que está tudo bem, que não afeta, não é verdade. A verdade é que uma decisão dessa magnitude impacta a obra e pode, se não for resolvida, gerar um problema. - afirmou o secretário.

No fim de fevereiro, o TCDF determinou a suspensão dos pagamentos ao consórcio responsável pela cobertura por conta de possíveis irregularidades verificadas em auditoria. Foram identificadas falhas como a duplicidade de custos na elaboração de projetos, antecipação de pagamentos, e gasto elevado por conta da utilização de uma dupla membrana, considerada não essencial pelos técnicos. De acordo com o TCDF, os itens suspeitos de irregularidades poderiam reduzir em até R\$ 72 milhões o valor do contrato da cobertura, que é de R\$ 173,9 milhões.

O secretário Cláudio Monteiro justificou os questionamentos do tribunal e garantiu que todo o processo de licitação e instalação da cobertura está sendo feito dentro da legalidade.

- Temos a convicção de que as coisas foram feitas com a máxima transparência na licitação. O projeto foi revisado,

revisto, e passou no tribunal. Temos convicção de que as compras se deram no tamanho do projeto e as entregas ocorreram na medida do projeto. Não tem compra a mais ou entrega menor. Não tem duplicidade ou outra coisa - afirmou.

Sobre a questão da dupla membrana, Cláudio Monteiro defendeu que ela é necessária para ajudar na acústica do estádio, construído com conceitos de arena multiuso e que deverá receber muitos shows.

- Além de servir para melhorar o aspecto estético, a segunda membrana tem a finalidade de conter a acústica. Não estamos em um local esmo. Estamos no centro da cidade, em uma área cercada por todo um setor habitacional. A questão da acústica e do ruído deve ser preservada.

De acordo com o secretário, o consórcio responsável pela cobertura apresentou resposta ao TCDF na última sexta-feira e o GDF fará o mesmo no início desta semana.

- Cumprimos rigorosamente todas as exigências. O que o tribunal pede, nós esclarecemos. Só peço que tenha agilidade na apreciação das respostas, para que não tenhamos mais na frente um problema a resolver.

Apesar da suspensão temporária dos pagamentos, a instalação da cobertura segue, por enquanto, em ritmo normal. De acordo com o governo, houve uma compra antecipada de material para evitar excesso de demanda e aumento de preço do mercado. Sendo assim, todos os equipamentos necessários para a cobertura já foram adquiridos. A previsão é de que a instalação seja concluída no fim de março.

A construção do estádio Mané Garrincha está com 90% de conclusão. Além da cobertura, as cadeiras começarão a ser instaladas ainda em março. Já o gramado, deverá ser plantado no início do próximo mês. A promessa do governo é de que a obra será entregue no dia 21 de abril, no aniversário de 53 anos de Brasília. O estádio será palco da abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho, e de sete jogos do Mundial de 2014.

Com 90% de conclusão, Mané Garrincha tem previsão de entrega para o dia 21 de abril (Foto: Agência AP)”

O portal <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2013/02/14/gdf-vende-brasil-para-pagar-estadio-e-fugir-da-fiscalizacao-do-bndes/> publicou em 14 de março de 2013, a seguinte notícia:

“GDF vende Brasília para pagar Estádio e fugir da fiscalização do BNDES

Governo do DF vende área igual a 31 campos de futebol para pagar conta do estádio da Copa-2014 em Brasília

‘Para Agnelo Queiroz, governador do DF, custo do estádio de Brasília, de R\$ 1,5 bi, ‘é o mais barato do Brasil’

*Para pagar a conta da construção do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, o governo do Distrito Federal está usando recursos da venda de terrenos públicos por todo o DF. Orçado até agora em R\$ 1,5 bilhão, **o estádio consome recursos da venda (através de licitações) de áreas que, somadas, possuem tamanho maior que o de 31 campos de futebol**, considerando o tamanho oficial mínimo recomendado pela Fifa para partidas internacionais, que é de 100 metros de comprimento por 75 metros de largura.*

*Na prática, o governo do DF está trocando terras públicas pelo estádio, **já que 100% da obra é financiada com recursos da Terracap, empresa estatal responsável pela administração e venda dos terrenos de propriedade do governo.** Até 31 de dezembro de 2012, a Terracap havia repassado R\$ 750 milhões para pagar a construção do estádio, de acordo com o governo do DF. Logo, ainda falta pagar outros R\$ 750 milhões, metade da obra.*

O estádio de Brasília receberá a abertura da Copa das Confederações, uma partida entre Brasil e Japão, no dia 15 de junho deste ano.

VEJA TAMBÉM

Governo do DF contesta reportagem do UOL sobre custo do Estádio Mané Garrincha

Assento do estádio de Brasília custou R\$ 16,9 mil cada um. É o mais caro do país

Copa 2014: gastos com estádio Mané Garrincha perto de R\$ 1,5 bilhão

Conta simples

De acordo com o índice Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgado no final de janeiro deste ano, o preço médio do metro quadrado em Brasília,

um dos mais caros do Brasil, é de R\$ 6.372. Assim o governo do DF tem que vender, na média, 235.405 metros quadrados de terras públicas para quitar o R\$ 1,5 bilhão que a obra do estádio vai custar no total, isso se não houver novos reajustes no preço como tem ocorrido desde julho de 2010, quando a obra começou.

OBRAS DA COPA200 FOTOS

Material que será utilizado na cobertura do Mineirão chega ao canteiro do estádio

A Terracap afirma que realiza cerca de uma licitação por mês de terras públicas no território do Distrito Federal, independentemente da construção do estádio.

TC-DF SUSPENDE LICITAÇÃO DE R\$ 305 MI PARA ENTORNOS DO ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA

Na primeira licitação de 2013, em janeiro, a empresa se desfez de 138 lotes de imóveis, de tamanhos e localizações diversas, arrecadando R\$ 41 milhões. O resultado da licitação ainda precisa ser confirmado. Para o dia 28 de fevereiro, está prevista licitação de outro lote, desta vez com 104 terrenos.

Sem financiamento

O governo do Distrito Federal recusou o financiamento de R\$ 400 milhões ou 75% do valor da obra oferecido pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para a construção de todos os 12 estádios da Copa de 2014. É o único gestor dentre os construtores das arenas da Copa que abriu mão do dinheiro.

As condições da linha Pró-Copa Arenas, do BNDES, são bem melhores que as de mercado. Primeiro, não há necessidade de garantia para entes públicos. Além disso, a soma de juros, correção e taxas cobradas pelo BNDES ficam em torno de 7% ao ano. Não há nada igual no mercado.

Em contrapartida, porém, o banco exerce, por força de contrato, um papel de fiscalização e controle da obra. Quem assina o contrato com o BNDES tem os recursos liberados aos poucos. É preciso, por exemplo, a cada três meses, apresentar um relatório de progresso físico-financeiro da obra.

Além disso, semestralmente, o contratante deve apresentar um relatório de acompanhamento da execução físico-financeira feito por uma auditoria independente. Depois, ao término da obra, o tomador do empréstimo tem três meses para apresentar um relatório final, também feito por uma auditoria. Sem pegar o dinheiro emprestado, o governo do DF não é submetido a todo este controle durante a construção da arena.

‘Mais barato do Brasil’

Apesar do Estádio Mané Garrincha ser, até agora, o estádio mais caro dentre os 12 em construção ou reforma para a Copa de 2014, na opinião do governador do DF, Agnelo Queiroz, “é o mais barato do Brasil se for medido metro quadrado a metro quadrado de construção”. O governador deu a declaração no dia 28 de janeiro, a 500 dias para o início da Copa de 2014. Queiroz não explicou como havia chegado a essa conclusão.

De acordo com nota da assessoria de imprensa do governo do DF enviada ao UOL Esporte, a construção do estádio ficará em torno de R\$ 1 bilhão. Apesar disso, o Tribunal de Contas do Distrito Federal diz que a obra, orçada inicialmente em R\$ 671 milhões, já chegou ao R\$ 1,2 bilhão. Quando incluídos os gastos com paisagismo e urbanização dos entornos do estádio, a conta está em 1,5 bilhão.

Relatório do tribunal divulgado no final de janeiro identificou superfaturamento e pagamentos em duplicidade na obra no valor de cerca de R\$ 112 milhões e caso não haja explicações convincentes, pede a devolução do dinheiro aos cofres públicos do DF.”

Como se pode perceber da leitura das notícias acima transcritas, as informações divulgadas são preocupantes e precisam ser esclarecidas, pois além do possível superfaturamento e pagamentos em duplicidade na obra de construção do Estádio Nacional, as denúncias indicam possível dilapidação de patrimônio público do Distrito Federal, com a utilização de recursos originários da venda de terrenos públicos da TERRACAP – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Nesse sentido, esta Casa, e em especial esta Comissão, como

representante da sociedade nacional e titular do controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo, tem despendido esforços para elucidação dos fatos, mediante convocação de diversas autoridades para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Contudo, são iniciativas dispersas. Como forma de concentrar todas as informações, sugere-se esta Proposta de Fiscalização e Controle.

Sugere-se, ainda, que os resultados das proposições que tramitam nesta Casa com vistas à solicitação de informações sobre o assunto, sejam remetidos a esta Comissão para subsidiar a instrução desta PFC. Propõe-se, também, determinar ao Tribunal de Contas da União que remeta a esta Comissão os relatórios de auditorias sobre o assunto, e dos Votos e Acórdãos, se houver, bem como eventuais informações sobre desdobramentos posteriores.

Diante de todo o exposto, é de fundamental importância que esta Comissão, em defesa do interesse público, tome as providências necessárias para permitir a investigação dos fatos noticiados.

Sala das Comissões, em de 2013

Deputado Vanderlei Macris – PSDB/SP

Deputado Izalci – PSDB/DF